

Manual sobre Mensuração, Relato e Verificação

Para as Partes Países em
Desenvolvimento

A experiência do Brasil

Quem tem feito uso do Manual?

Público-alvo: técnicos responsáveis pela elaboração de CNs e BURs, não-negociadores

Atualmente BUR3 e CN4

BUR3: técnicos de 8 ministérios e de uma agência envolvidos

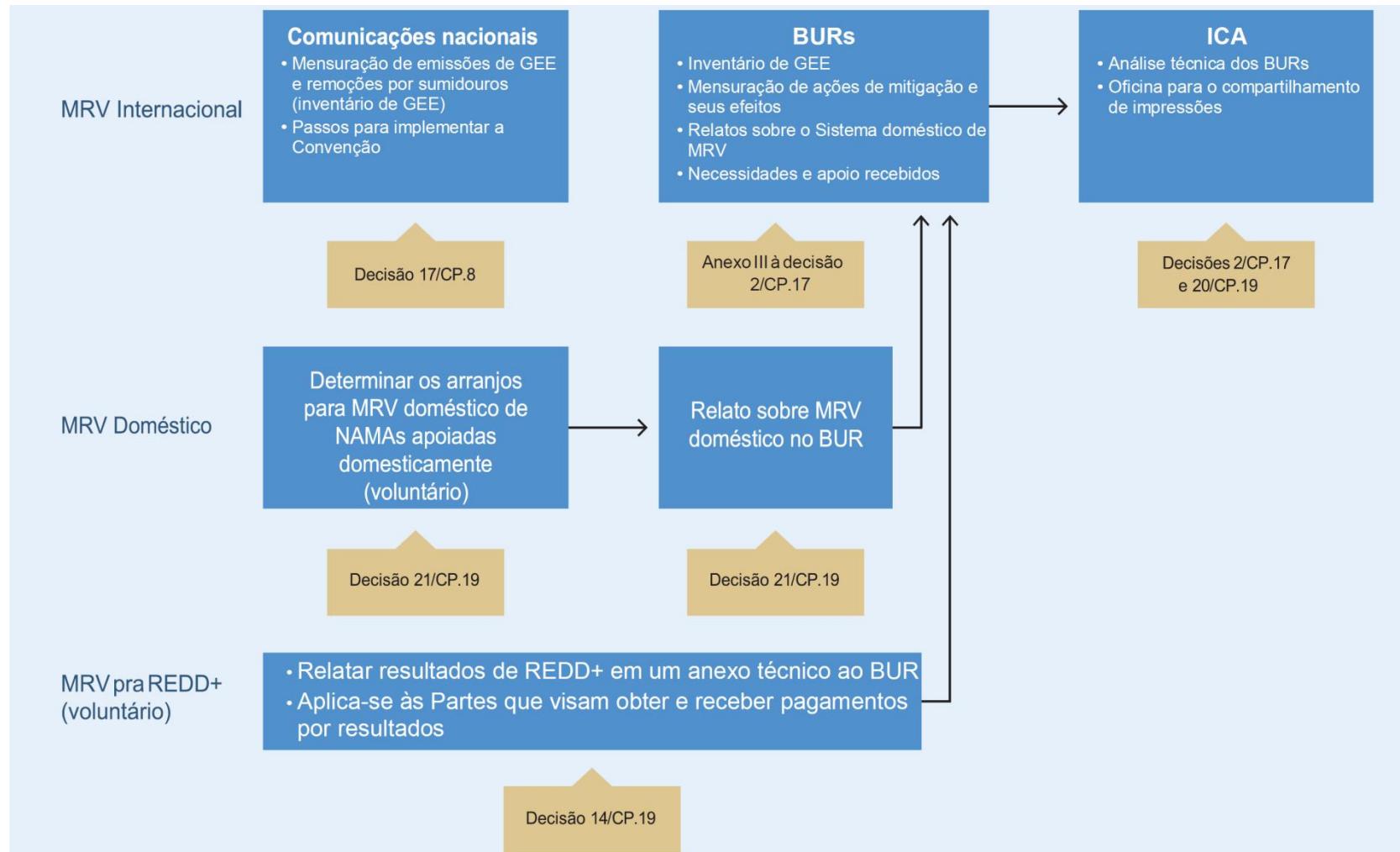
Méritos

- Fornece visão geral do conjunto de decisões adotadas no âmbito da Convenção sobre MRV
- Descreve os elementos-chave da estrutura de MRV
- Dá exemplos, modelos de tabela, de como fazer o relato

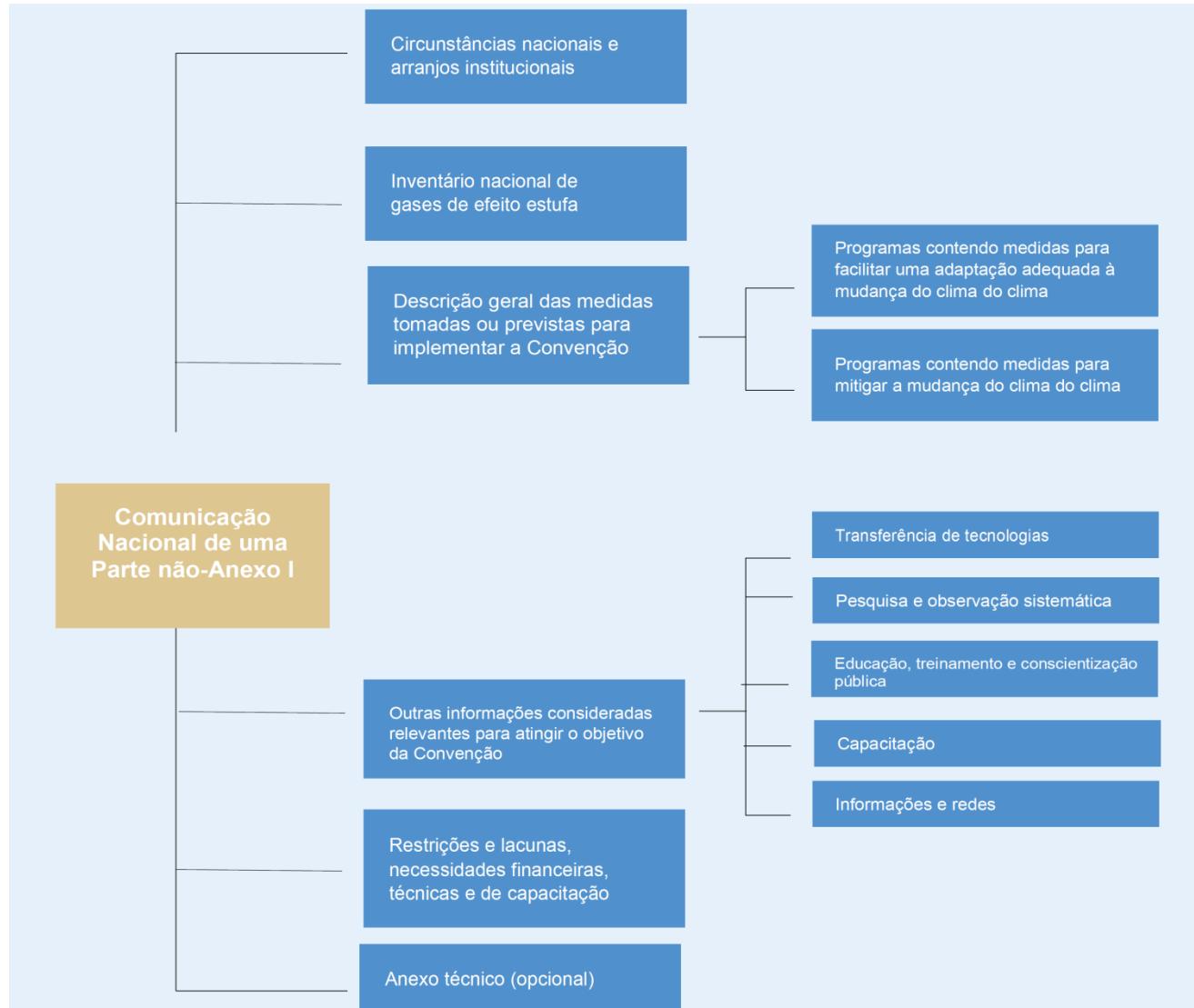
2 Mensuração, Relato e Verificação (MRV): bases e histórico

1992/1994	A Convenção estabelece relatos obrigatórios para todas as Partes e cronogramas para as comunicações nacionais iniciais das Partes que são países em desenvolvimento (Artigo 12, parágrafo 5 e Artigo 4, parágrafo 3)
1996	As diretrizes para a elaboração das comunicações nacionais das Partes que são países em desenvolvimento são: escopo, estrutura e conteúdo (decisão 10/CP.2)
1997	O primeiro relato no âmbito da Convenção por Partes que são países em desenvolvimento através da rodada inicial de comunicações nacionais
1999	O Grupo Consultivo de Especialistas em comunicações nacionais das Partes não incluídas no Anexo I da Convenção (CGE) é estabelecido para ajudar os países em suas obrigações de relato
2002	A COP 8 adota as diretrizes revisadas para a preparação das comunicações nacionais (decisão 17/CP.8) e prorroga o mandato do CGE para o período 2003-2007 com uma vigência mais ampla para assistência técnica (decisão 3/CP.8)
2007	A COP 13 concorda com o princípio da aplicação da mensuração, relato e verificação (MRV) às Partes que são países em desenvolvimento no contexto do empreendimento de ações nacionais/internacionais fortalecidas sobre mitigação da mudança do clima (decisão 1/CP.13)
2009	O CGE é reestruturado no período 2010-2012 com o intuito de continuar a fornecer assistência técnica e aumentar a capacidade das Partes que são países em desenvolvimento para preparar suas comunicações nacionais
2010	A COP 16 define a frequência de quatro anos para as comunicações nacionais e introduz elementos adicionais de MRV (decisão 1/CP.16): aprimoramento dos relatos sobre ações de mitigação e seus efeitos, e apoio recebido, nas comunicações nacionais, incluindo inventários de GEE, das Partes não incluídas no Anexo I; relatórios de atualização bienal (BURs) a cada dois anos; consulta e análise internacional (ICA) de BURs; e MRV doméstico de ações de mitigação apoiadas em nível interno.
2011	A COP 17 adota diretrizes para a preparação de BURs e diretrizes e modalidades para a ICA: submissão do primeiro BUR até dezembro de 2014, consistente com as capacidades e nível de apoio fornecido para os relatórios; as Partes que são países de menor desenvolvimento relativo e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento podem apresentar este relatório a seu critério; o primeiro BUR deve cobrir, no mínimo, o inventário para o ano civil não superior a quatro anos antes da data de envio; o ICA começará no prazo de seis meses após a submissão da primeira rodada dos BURs; o ICA incluirá uma análise técnica em duas partes e um compartilhamento facilitado de pontos de vista
2013	A COP 19 adota várias decisões sobre elementos da estrutura de MRV: composição, modalidades e procedimentos para a equipe técnica de especialistas no âmbito do ICA (decisão 19/CP.19); diretrizes gerais para MRV doméstico (decisão 21/CP.19); sete decisões do Marco de Varsóvia para REDD+; e o mandato do CGE continua para o período 2014-2018 com vigência mais ampla

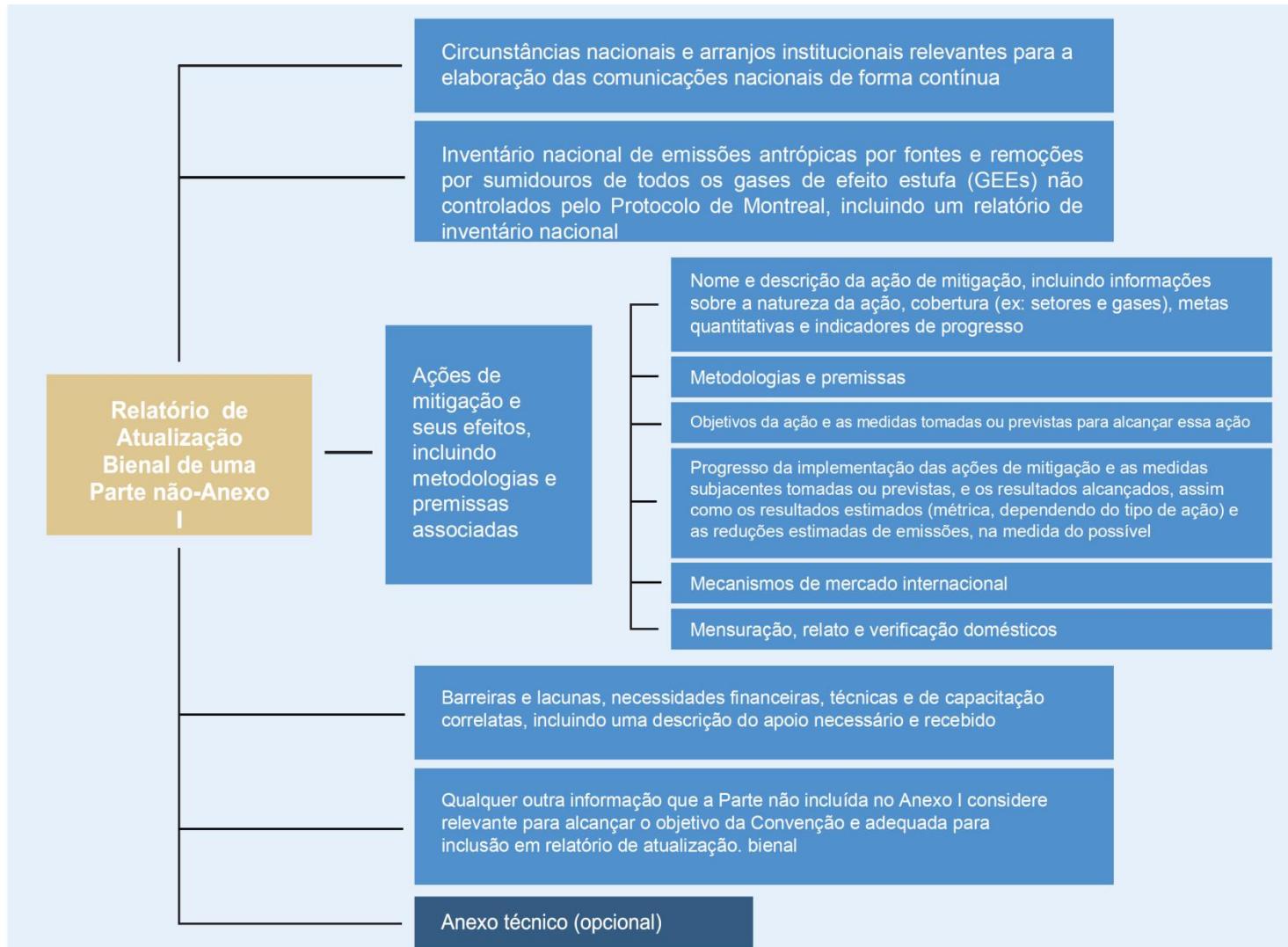
3 Elementos-chave da Estrutura de MRV em Nível Internacional



3.1 Comunicações Nacionais



3.2. Relatórios de Atualização Bienal (BUR)



3.3 Consulta e análise internacional (ICA)



Decisões para o relato de ações de mitigação - decision 2/CP.17

11	<p>Non-Annex I Parties should provide information, in a tabular format, on actions to mitigate climate change, by addressing anthropogenic emissions by sources and removals by sinks of all greenhouse gases not controlled by the Montreal Protocol</p>
	<p>For each mitigation action or groups of mitigation actions including, as appropriate, those listed in document FCCC/AWGLCA/2011/INF.1, developing country Parties shall provide the following information to the extent possible:</p> <ul style="list-style-type: none">(a) Name and description of the mitigation action, including information on the nature of the action, coverage (i.e. sectors and gases), quantitative goals and progress indicators
	<ul style="list-style-type: none">(b) Information on methodologies and assumptions
12	<ul style="list-style-type: none">(c.i) Objectives of the action
	<ul style="list-style-type: none">(c. ii) Steps taken or envisaged to achieve that action
	<ul style="list-style-type: none">(d.i) Information on the progress of implementation of the mitigation actions
	<ul style="list-style-type: none">(d.ii) Information on the progress and the underlying steps taken or envisaged, and;
	<ul style="list-style-type: none">(d.iii) Information on the results achieved, such as estimated outcomes (metrics depending on type of action) and estimated emission reductions, to the extent possible
	<ul style="list-style-type: none">(e) Information on international market mechanisms.
13	<p>Parties should provide information on the description of domestic measurement, reporting and verification arrangements.</p>

Nome: Utilização de Fontes Alternativas de Energia

Natureza da ação: NAMA

Setor: Energia

Gás(es): CO₂eq

Descrição: Introdução de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e geração elétrica por biomassa para oferta de eletricidade em substituição à implementação de usinas termelétricas.

Objetivo principal: Incremento de fontes alternativas na Matriz Energética Nacional

Período de avaliação: 2010 – 2015

Objetivos específicos	Progresso obtido
Concessão de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Termelétricas à Biomassa e Usinas Eólicas	<p>O Brasil instituiu um incentivo importante que impulsionou a implementação de fontes alternativas de geração de energia que foi o programa PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, finalizado em 30 de dezembro de 2011. Nesse Programa foram contratados um total de 144 empreendimentos, constituído por 54 eólicas, 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 27 usinas térmicas a biomassa. Juntos, os 144 empreendimentos têm capacidade instalada de 3.296,81 MW, compreendendo 1.422,92 MW em usinas eólicas, 1.188 MW em PCHs e 685,24 MW em plantas de biomassa.</p> <p>(Fonte: atualizado em 03/08/2016 – Fonte: DDE/SPE/MME).</p> <p>Além do Programa Proinfa, no período de 2010 a 2015 foram realizados leilões específicos para fontes renováveis de energia. Assim, entre 2010 a 2015, entraram em operação comercial aproximadamente 13.281 MW de potência instalada fiscalizada oriundos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.793 MW), Usinas Eólicas (7.037 MW) e Termelétricas à Biomassa* (4.451 MW).</p> <p>*OBS: Considerando Biomassa de bagaço de cana de cana de açúcar, lenha e casca de arroz.</p> <p>(Fonte: Banco de Informações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.)</p> <p>Segundo o Boletim do Monitoramento do Setor Elétrico Brasileiro, em dezembro de 2010, o Brasil contava com a capacidade instalada de 927 MW para Usinas Eólicas, 7.826 MW para Termelétricas à Biomassa e 3.428 MW para PCH. Em dezembro de 2015, esses valores eram 7.633 MW para Usinas Eólicas, 13.257 MW para Termelétricas à Biomassa e 4.886 MW para PCH.</p> <p>(Fonte: Boletim de Dezembro/2010 e Boletim de Dezembro/2015 - Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro. DMSE/SEE/MME)</p>

Informações a serem relatadas sobre ações de mitigação e seus efeitos nos BURs

Nome da ação	Cobertura	Objetivos quantitativos	Indicadores de Progresso	Metodologias/ Hipóteses	Medidas tomadas/ previstas	Resultados obtidos	Reduções estimadas de emissões
Nome e descrição da ação de mitigação	Setores e gases	Objetivos da ação	As métricas dependem da natureza da ação, mas devem ser vinculadas ao desempenho	Principais premissas e metodologias utilizadas para estimar as mudanças nas emissões e outros resultados de ações de mitigação	Medidas tomadas ou previstas para se concretizar a ação	Resultados estimados alcançados com base em métricas de progresso	Redução de GEE alcançada e/ou prevista
Exemplo 1: Redução de emissões de GEE em X% até 2050 abaixo dos níveis de 2005	Redução das emissões de GEE (CO ₂ , CH ₄ , HFCs) e fortalecimento dos sumidouros, por meio de uma combinação de medidas nos setores de energia, transporte, florestas, agricultura e processos industriais	Um conjunto de políticas e medidas visando cada setor (lista de políticas de metas essenciais)	Arranjos institucionais para implementar mitigação	Principais hipóteses e metodologias, as mesmas utilizadas na avaliação de mitigação	Resumo das etapas previstas a nível nacional e em cada setor	Progresso alcançado até o momento de acordo com os indicadores estabelecidos (ex: política de energia renovável adotada; padrões de eficiência energética implementados para novos lares, etc.)	Reduções estimadas de emissões alcançadas até o momento

Tabelas de Ações de Mitigação no Brasil: BURs 2 e 3

Nome: Utilização de Fontes Alternativas de Energia

Natureza da ação: NAMA

Setor: Energia

Gás(es): CO₂eq

Descrição: Introdução de usinas eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e geração elétrica por biomassa para oferta de eletricidade em substituição à implementação de usinas termelétricas.

Objetivo principal: Incremento de fontes alternativas na Matriz Energética Nacional

Período de avaliação: 2010 – 2015

Objetivos específicos	Progresso obtido
Concessão de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Termelétricas à Biomassa e Usinas Eólicas	<p>O Brasil instituiu um incentivo importante que impulsionou a implementação de fontes alternativas de geração de energia que foi o programa PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, finalizado em 30 de dezembro de 2011. Nesse Programa foram contratados um total de 144 empreendimentos, constituído por 54 eólicas, 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 27 usinas térmicas a biomassa. Juntos, os 144 empreendimentos têm capacidade instalada de 3.296,81 MW, compreendendo 1.422,92 MW em usinas eólicas, 1.188 MW em PCHs e 685,24 MW em plantas de biomassa.</p> <p>(Fonte: atualizado em 03/08/2016 – Fonte: DDE/SPE/MME).</p> <p>Além do Programa PROINFA, no período de 2010 a 2015 foram realizados leilões específicos para fontes renováveis de energia. Assim, entre 2010 a 2015, entraram em operação comercial aproximadamente 13.281 MW de potência instalada fiscalizada oriundos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.793 MW), Usinas Eólicas (7.037 MW) e Termelétricas à Biomassa* (4.451 MW).</p> <p>*OBS: Considerando Biomassa de bagaço de cana de cana de açúcar, lenha e casca de arroz.</p> <p>(Fonte: Banco de Informações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL)</p> <p>Segundo o Boletim do Monitoramento do Setor Elétrico Brasileiro, em dezembro de 2010, o Brasil contava com a capacidade instalada de 927 MW para Usinas Eólicas, 7.826 MW para Termelétricas à Biomassa e 3.428 MW para PCH. Em dezembro de 2015, esses valores eram 7.633 MW para Usinas Eólicas, 13.257 MW para Termelétricas à Biomassa e 4.886 MW para PCH.</p> <p>(Fonte: Boletim de Dezembro/2010 e Boletim de Dezembro/2015 - Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro. DMSE/SEE/MME)</p>

Nome: Utilização de fontes alternativas de energia

Natureza da Ação: NAMA

Setor: Energia

Instituição Coordenadora: Ministério de Minas e Energia

Gás (es): CO₂e

Objetivo geral: Incremento da capacidade instalada das fontes solar, eólica e biomassa na matriz elétrica nacional

Período: 2016 - 2017

Redução estimada relacionada à NAMA: 26 a 33 milhões de tCO₂e até 2020

Objetivo específico: Promover a inserção de usinas eólicas por geração concentrada e por geração distribuída
Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte eólica

Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas eólicas inserida no sistema elétrico

Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação
Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída
Resultados: 4.660 MV

Objetivo específico: Promover a inserção de usinas térmicas à biomassa por geração concentrada e por geração distribuída
Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte de biomassa

Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas termelétricas à biomassa inserida no sistema elétrico

Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação
Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída
Resultados: 1.302 MV

Objetivo específico: Promover a inserção de usinas solares fotovoltaicas por geração concentrada e por geração distribuída
Metas: Aumento da capacidade instalada da fonte solar fotovoltaica

Indicadores de Progresso: Potência instalada de usinas solares fotovoltaicas inseridas no sistema elétrico

Metodologias e premissas: A regulamentação da comercialização de energia elétrica estabelece que as empresas de serviços de distribuição de energia elétrica devem garantir por meio de licitação, na modalidade de leilão, o atendimento do seu mercado na sua totalidade. Deste modo, são promovidos leilões com os objetivos, dentre outros, de contratar de energia pelo menor preço possível e a atrair investidores para construção de novas usinas com vistas à expansão da geração, inclusive por fontes renováveis. Detalhamento junto ao descritivo geral da ação
Ações/Passos dados: Leilões de energia e regulamentação de geração distribuída
Resultados: 1.066 MV

Decisões para o relato de necessidades - decision 2/CP.17

14	<p>Non-Annex I Parties should provide updated information on:</p> <p>(a) Constraints and gaps</p> <p>(b) Related financial, technical and capacity-building needs</p>
16	<p>With regard to the development and transfer of technology, non-Annex I Parties should provide information on:</p> <p>(a) Technology needs, which must be nationally determined</p> <p>(b) Technology support received</p>

Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas)				
Tipo	Setor	NAMA relacionada	Atividade	Informação sobre o apoio necessário
Técnicas e de tecnologia	LULUCF	PPCDAm	Avaliação da contribuição de políticas públicas para redução do desmatamento	Desenvolvimento de metodologias e ferramentas
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Estruturação da produção sustentável e cadeias de abastecimento	Desenvolvimento de projetos-pilotos
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Melhorias na gestão sustentável de florestas	Desenvolvimento de projetos-pilotos
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Aprimoramento dos sistemas de monitoramento da cobertura florestal e transparência	Desenvolvimento de metodologias automatizadas de mapeamento e de transmissão de informações para agentes públicos locais
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Transparência e integração de sistemas estaduais de autorização de supressão de vegetação ao sistema federal	Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Integração de sistemas estaduais de controle da produção e transporte madereiro ao sistema federal	Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas
	Energia	Fontes alternativas de energia	Térmica solar concentrada	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
	Energia	Fontes alternativas de energia	Exploração de energia de resíduos sólidos urbanos	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
	Energia	Fontes alternativas de energia	Armazenamento de energia	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
Todos os setores	Todas as NAMAs apresentadas	Mensuração, relato e verificação de ações e recursos financeiros recebidos para implementar ações		Desenvolvimento de metodologias e ferramentas, implementação de plataforma online
Transferência de tecnologia	Todas as NAMAs apresentadas	Apoio à realização de capacitação em tecnologia e avaliação de necessidades (TNA)		Desenvolver roteiros de implementação de tecnologia e um Plano de Ação

Exemplo de relatórios sobre as necessidades financeiras, técnicas e de capacitação

Necessidades técnicas e de capacitação

Status	Apoio necessário	Apoio recebido	Apoio extra necessário
<hr/>			
- em curso			
- planejado			
- completado			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ação 1			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ação 2			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Necessidades financeiras

Status	Apoio necessário	Apoio recebido	Apoio extra necessário
<hr/>			
- em curso			
- planejado			
- completado			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ação 1			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Ação 2			
<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Tabelas de necessidades financeiras, técnicas e de capacitação: BURs 2 e 3

Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas)				
Tipo	Setor	NAMA relacionada	Atividade	Informação sobre o apoio necessário
Técnicas e de tecnologia	LULUCF	PPCDAm	Avaliação da contribuição de políticas públicas para redução do desmatamento	Desenvolvimento de metodologias e ferramentas
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Estruturação da produção sustentável e cadeias de abastecimento	Desenvolvimento de projetos-pilotos
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Melhorias na gestão sustentável de florestas	Desenvolvimento de projetos-pilotos
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Aprimoramento dos sistemas de monitoramento da cobertura florestal e transparência	Desenvolvimento de metodologias automatizadas de mapeamento e de transmissão de informações para agentes públicos locais
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Transparência e integração de sistemas estaduais de autorização de supressão de vegetação ao sistema federal	Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas
	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Integração de sistemas estaduais de controle da produção e transporte madereiro ao sistema federal	Desenvolvimento do componente tecnológico de integração e digitalização de processos em papel, incluindo vetorização de áreas
	Energia	Fontes alternativas de energia	Térmica solar concentrada	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
	Energia	Fontes alternativas de energia	Exploração de energia de resíduos sólidos urbanos	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
	Energia	Fontes alternativas de energia	Armazenamento de energia	Desenvolvimento tecnológico, regulatório e econômico
	Todos os setores	Todas as NAMAs apresentadas	Mensuração, relato e verificação de ações e recursos financeiros recebidos para implementar ações	Desenvolvimento de metodologias e ferramentas, implementação de plataforma online
Transferência de tecnologia	Todas as NAMAs apresentadas		Apoio à realização de capacitação em tecnologia e avaliação de necessidades (TNA)	Desenvolver roteiros de implementação de tecnologia e um Plano de Ação

Necessidades de apoio técnico, de capacitação, e financiamento do Brasil (restrições e lacunas)				
Atividade	Setor	NAMA relacionada	Lacuna/Barreira	Apoio necessário
Destinação de terras públicas federais	LULUCF	PPCDAm	Restrições orçamentárias e escassez de servidores	
Criação de unidades de conservação	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Falta reconhecimento da importância das áreas protegidas; Outros interesses de uso das áreas, que provocam divergências políticas para criação de novas áreas protegidas	
Aprimoramento da gestão ambiental e territorial das terras indígenas	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Escassez de servidores na Fundação Nacional do Índio (Funai) e restrições orçamentárias	
Rastreabilidade das cadeias produtivas	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Escassez de servidores	Construção de interação digital entre os órgãos de registros públicos
Promover a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais (fiscalização ambiental)	LULUCF	PPCDAm e PPCerrado	Escassez de servidores	

Decisões para o relato de apoio recebido - decision 2/CP.17

15

Non-Annex I Parties should also provide updated information on financial resources, technology transfer, capacity-building and technical support received from the Global Environmental facility, Annex II Parties and other developed country Parties, the Green Climate Fund and multilateral institutions for activities relating to climate change, including for the preparation of the current biennial update report.

Tabela de Informações sobre apoio recebido: BUR 2

APOIO FINANCEIRO RECEBIDO POR MEIO DE CANAIS MULTILATERAIS EM 2014								
Instituição	Tipo de apoio (mitigação, adaptação, transversal, outro)	Setor (energia, transporte, indústria, agricultura, florestas, recursos hídricos e saneamento, transversal, outro, não aplicável)	Nome do projeto	Financiamento total (US\$)	Componente específico do clima (%)	Financiamento específico para clima (US\$)	Instrumento de financiamento (subvenções/ empréstimos concessionais)	Data do compromisso/recebimento
CAF	Transversal	Transportes / outros (cidades sustentáveis)	Programa de Mejoría de la Movilidad Urbana y Socio Ambiental de Taubaté	60.000.000,00	100,00%	60.000.000,00	Empréstimo	Aprovado em dezembro de 2014
CAF	Mitigação	Transportes	Programa Ambiental y de Optimización Vial	70.000.000,00	100,00%	70.000.000,00	Empréstimo	Aprovado em outubro de 2014
CAF	Transversal	Transportes	Programa de Desarrollo de la Infraestructura y de los Servicios Basicos	50.000.000,00	100,00%	50.000.000,00	Empréstimo	Aprovado em novembro de 2014
CAF	Adaptação	Recursos hídricos / Outros	Programa de Región Oceánica Sustentable	100.000.000,00	100,00%	100.000.000,00	Empréstimo	Aprovado em novembro de 2014
CAF	Adaptação	Outros	Programa de Valorización y Ampliación de la Infraestructura y la Actividad Turística de Fortaleza - PROVATUR	250.000.000,00	100,00%	250.000.000,00	Empréstimo	Aprovado em novembro de 2014
CAF	Transversal	Transversal	Niterói Sostenible	130.000,00	100,00%	130.000,00	Subvenção	Aprovado em 2014
CAF	Mitigação	Energia / florestas	Estudio sobre sinergias positivas entre el sector electrico y forestal em la región del Tapajós, Amazônia	100.000,00	100,00%	100.000,00	Subvenção	Aprovado em 2014

Exemplo do formato de relatório para informações sobre recursos financeiros, transferência de tecnologia, capacitação e apoio técnico recebido

Descrição do apoio recebido					
Tipo	GEF	Anexo II e outras Partes que são países desenvolvidos	Instituições Multilaterais	Fundo Verde do Clima	Outras fontes
Preparação dos BURs	Recursos financeiros				N/A
	Capacitação				N/A
	Apoio técnico				
	Transferência de tecnologia				
Atividades contidas nos BURs	Recursos financeiros				
	Capacitação				
	Apoio técnico				
	Transferência de tecnologia				

Tabela de Informações sobre apoio recebido: BUR 3

Financial support received through multilateral channels in 2016										
Institution	Type of support (mitigation, adaptation, cross-cutting, other)	Sector (energy, transport, industry, agriculture, forestry, water and sanitation, cross-cutting, other, not applicable)	Project name	Total funding (USD)	Climate-specific component (%)	Climate-specific funding (USD)	Financial instrument (grant/concessional loan)	Date of commitment/receipt	Transfer of technology/capacity building	Source
IBRD	Adaptation	Water	Teresina Enhancing Municipal Governance and Quality of Life	88,000,000.00	11%	9,680,000.00	Loan	24/02/2016	Yes	
IBRD	Mitigation	Agriculture, fishing, and forestry	FIP - Development of Systems to Prevent Forest Fires and Monitor Vegetation Cover in the Brazilian Cerrado	9,250,000.00	100%	9,250,000.00	Grant	28/03/2016	Yes	
IFC	Mitigation	Cross-cutting (Small and medium enterprises)	BANCO ABC BRASIL SA	85,710,000.00	50%	42,855,000.00	Loan (non concessional)	12/05/2016	NA	
IFC	Mitigation	Agriculture	CERRADINHO BIOENERGIA SA	49,000,000.00	100%	49,000,000.00	Loan (non concessional)	27/07/2016	NA	

Obrigada por sua atenção

Patrícia Soares Leite

Divisão da Mudança do Clima

Ministério das Relações Exteriores